**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

* 1. **DESCRIÇÃO DO OBJETO:**
	2. Contratação de empresa para prestação de serviços de reforma da Escola Municipal Camila Polga, na Rua Maria Gertrudes Ortega, bairro Princesa Isabel, com área total construída de 654,17m², localizada no Município de Santo Antônio do Sudoeste Paraná, sendo:
	3. Descrição detalhada do objeto:

|  |
| --- |
| Lote: 1 – Lote 001 |
| Item | Código do produto/serviço | Nome do produto/serviço | Quantidade | Unidade | Preço estimado unitário | Preço máximo total |
| 01 | 24435 | Serviço de reforma da Escola Municipal Camila Polga. | 01 | SERV | 104.769,36 | 104.769,36 |
| **TOTAL** | **104.769,36** |

* 1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
	2. O custo estimado total da contratação é de **R$ 104.769,36 (Cento e Quatro Mil e Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos).**
1. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).**

 A Escola Municipal Camila Polga, localizada no município de Santo Antônio do Sudoeste - PR, apresenta necessidade premente de intervenção para a realização de reformas estruturais e melhorias em suas instalações físicas. Esta justificativa se fundamenta nos seguintes pontos:

**Estado de Conservação:** O estado de conservação atual da escola demonstra evidentes sinais de desgaste e deterioração em diversas áreas, tais como salas de aula, banheiros, área administrativa e espaços comuns. Tais condições comprometem o ambiente educacional e a segurança dos alunos, professores e demais profissionais envolvidos.

**Necessidade de Adequação:** Considerando as demandas atuais da educação e as normativas vigentes, é imperativo promover adaptações na infraestrutura da escola para atender requisitos de acessibilidade, segurança contra incêndios, conforto térmico e acústico, entre outros aspectos essenciais para o pleno funcionamento do espaço educativo.

**Melhoria do Ambiente de Aprendizagem:** A realização das reformas propostas visa proporcionar um ambiente de aprendizagem mais propício ao desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a qualidade do ensino oferecido e para o bem-estar de toda a comunidade escolar.

**Impacto Social e Comunitário:** A Escola Municipal Camila Polga desempenha um papel central na vida da comunidade, sendo um espaço de convivência e aprendizado não apenas para os alunos, mas também para seus familiares e moradores locais. Portanto, investir em sua infraestrutura é investir no desenvolvimento social e educacional da região.

Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de reforma da Escola Municipal Camila Polga se mostra não apenas justificada, mas essencial para assegurar a qualidade e a adequação do ambiente escolar às necessidades atuais, contribuindo para o cumprimento da missão educacional do município de Santo Antônio do Sudoeste – PR.

1. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**

 Considerando a importância da sustentabilidade em processos de contratação e a busca por práticas que promovam a responsabilidade socioambiental, os requisitos relacionados a critérios de sustentabilidade para a contratação de uma empresa responsável pelos serviços são:

 A empresa contratada deve priorizar a utilização de materiais sustentáveis e certificados, que atendam aos padrões ambientais e promovam a redução do impacto ambiental.

 É incentivada a escolha de materiais reciclados ou provenientes de fontes renováveis, contribuindo para a economia circular.

 Os reparos realizados devem contemplar medidas para a melhoria da eficiência energética nas instalações, promovendo o uso racional de energia.

 A empresa deve considerar a substituição de equipamentos por versões mais eficientes, contribuindo para a redução do consumo de energia.

 A contratada deve adotar práticas de gestão de resíduos que incluam a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação adequada dos materiais descartados.

 A empresa contratada deve promover a conscientização ambiental entre seus colaboradores, incentivando práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

 A empresa contratada deve fornecer informações sobre a durabilidade estimada dos materiais e ações realizadas.

 A implementação desses requisitos contribuirá para a execução da obra de forma sustentável, alinhada aos princípios de responsabilidade ambiental e social.

1. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO OBSERVAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**
	1. **Requisitos da Contratação:**
		1. Atestado e/ou Declaração de Execução de Obra, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação.
	2. **Observações de Obrigações da Contratada:**
		1. Qualquer alteração nas especificações técnicas deve ser comunicada e aprovada previamente pela Contratante.
		2. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente o prazo estabelecido para a execução.
		3. O não cumprimento do prazo sujeitará a contratada a penalidades previstas em contrato.
		4. Todos os materiais empregados na reforma devem atender aos padrões de qualidade especificados, sendo obrigatória a utilização de materiais novos e em perfeito estado.
		5. A empresa contratada é responsável por adotar práticas sustentáveis na gestão de resíduos, incluindo a coleta seletiva, reciclagem e destinação adequada dos materiais descartados.
		6. A empresa contratada deverá manter comunicação constante e eficaz com a Contratante, respondendo prontamente a questionamentos e participando de reuniões de alinhamento quando necessário.
		7. A empresa deverá cumprir todas as normas de segurança e regulamentos internos durante a execução da obra.
		8. A não observância desses requisitos, observações e obrigações poderá acarretar penalidades conforme previsto em contrato e legislação vigente.
2. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
	1. A Proposta de Preços, deverá ser apresentada na **forma impressa e assinada**, em papel A4, *de preferência encadernadas ou grampeadas* de modo que não existam folhas soltas, impressa com clareza, sem rasuras ou entrelinhas que dificultem sua análise;
	2. Na propostara deverá constar:
		1. Especificaçãodo produto cotado;
		2. Preço unitário por item do objeto licitado, com até 02 (duas)casas decimais, valor total e valor global, expressos em moeda corrente nacional, não superior ao preço máximo estabelecido.
		3. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, ficando estabelecido que na omissão será considerado aceito este prazo;
		4. Dados do fornecedor/empresa, **obrigatoriamente** conforme os campos solicitados;
		5. Dados do Representante Legal da empresa ou Procurador, **obrigatoriamente** conforme os campos solicitados; (e assinatura na forma impressa);
		6. Prazo de entrega não superior ao exigido no termo de referência;
	3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Santo Antonio do Sudoeste.
	4. A apresentação da proposta implicara na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste termo e seus Anexos.
3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21).
	1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL
		1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
		2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
		3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
		4. O responsável pela fiscalização do contrato é o senhor(a) FELIPE ANDRADE BLICK.
		5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
		6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
		7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
			1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
		8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
		9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
		10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
		11. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.
4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
	1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
		1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

|  |
| --- |
| Dotações |
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2024 | 2340 | 06.007.12.361.1201.2023 | 103 | 4.4.90.51.00.00 | Do Exercício |

* + 1. O valor estimado (global) da presente contratação é de **R$ 104.769,36 (Cento e Quatro Mil e Setecentos e Sessenta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos).**
		2. Os valores estimados supracitados não implicam em previsão de crédito em favor da contratada, que somente fará jus aos valores após a solicitação e aquisição dos itens.
		3. O valor estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados de acordo com o MENOR da consulta de preços realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Santo Antonio do Sudoeste, 15 de abril de 2024.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

JOSEANE MARIA DE SA SGUAREZI DOS SANTOS

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte